



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
SALITRE – CEARA / CEP: 630155000

REGIMENTO INTERNO DO CME
DE SALITRE – CE

ANO 2025



Pe. João Antonio da Silva
Pe. João Antonio da Silva
Padre Joãozinho
Secretário Executivo do Conselho



RESOLUÇÃO Nº 122/2025

EMENTA: DISPÕE SOBRE
HOMOLOGAÇÃO DO NOVO REGIMENTO
INTERNO DO CME DE SALITRE.

O Conselho Municipal de Educação do município de Salitre / CE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal Art. 211, a Lei de Diretrizes e Bases LDB nº9.394/96 e Lei Municipal nº 288/2017 de 20 de junho de 2017,

CONSIDERANDO que é função do CME regulamentar e monitorar todo o desenvolvimento da educação nesse Sistema Municipal de Ensino de Salitre;

CONSIDERANDO a reunião presencial do dia 04 de setembro de 2025 registrada no livro de atas nº 02 deste Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aprovado o novo Regimento Interno do CME de Salitre.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.


Salitre – CE 04 de Setembro de 2025.


VALDIRENE NEGREIROS DA SILVA
Presidente do Conselho CME



DOCUMENTO PUBLICADO

Aos 04 / 09 / 2025


Pe. João Antonio da Silva
Sec. Executivo do Conselho CME



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
SALITRE – CEARA / CEP: 630155000

REGIMENTO INTERNO DO CME
DE SALITRE – CE

ANO 2025



CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME
SALITRE – CEARA / CEP: 630155000

REGIMENTO INTERNO DO CME DE SALITRE – CE

TÍTULO I **DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

CAPÍTULO I **DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 1.º - O presente Regimento Interno estabelece normas de funcionamento e de organização do Conselho Municipal de Educação de Salitre - CE – instituído pela Lei Municipal nº288/2017 de 20 de junho de 2017.

Art. 2.º - O Conselho Municipal de Educação de Salitre, órgão colegiado e permanente do Sistema Municipal de Ensino – SME, vinculado administrativamente a Secretaria de Educação, a qual deverá garantir apoio necessário para o bom funcionamento e manutenção do colegiado, politicamente autônomo, têm caráter deliberativo, consultivo, fiscalizador e normativo, sobre os temas de sua competência.

SEÇÃO I **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3.º - O Conselho Municipal de Educação de Salitre tem seus membros em número de 08 (oito) titulares com o mesmo número de suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma única recondução, representando os segmentos descritos na Lei 288/2017.

Art. 4.º - O Conselho Municipal de Educação de Salitre poderá dividir-se em Câmaras de Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Câmara Unificada de Educação Infantil e Ensino Fundamental e, dentro da necessidade instituir comissões temáticas de Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos.

Art. 5.º - A Diretoria do Conselho Municipal de Educação é composta de Presidente, Vice-presidente, I e II Secretário, eleitos pelos seus pares com mandato de 04 (quatro) anos.

§ 1.º - Nas faltas ou impedimentos do Presidente, a presidência do CME será exercida pelo Vice-presidente.

§ 2.º - O exercício das funções do Presidente ou Vice-presidente não poderá ser cumulativo com o de Presidente de Câmara.

§ 3.º - O presidente nas plenárias deverá abster-se do voto evitando empate sendo apenas 07 (sete) membros votantes.

Art. 6.º - O Conselho Municipal de Educação utilizar-se-á de Assessoria Técnica e Jurídica do Município para consultas específicas quando necessário.

Art. 7.º - A Câmara Unificada de Educação Infantil e Ensino Fundamental, se instituída, será composta por 03 conselheiros, respectivamente, designados pelo Presidente do CME, atendendo-se quando possível, a preferência e disponibilidade do conselheiro.

Art. 8.º - Para condução dos trabalhos, quando instituída as câmaras será eleito o presidente da câmara, com mandato até a final do mandato em exercício.

Parágrafo Único – Na falta ou impedimento do Presidente ou algum outro membro da Câmara assumirá os trabalhos da Câmara um dos conselheiros escolhido pelo presidente com anuência dos membros da Câmara; de modo que as reuniões da câmara ocorram sempre com o quórum de três membros.

SEÇÃO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 9.º - O Conselho Pleno, composto por todos os conselheiros, é soberano, e reunir-se-á, ordinariamente bimestralmente, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente do CME, ou em decorrência de requerimento formal solicitado por de 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) de seus membros titulares.

Art.10 Quando instituída, a Câmara Unificada de Educação Infantil e Ensino Fundamental reunir-se-ão, extraordinariamente, sempre que convocadas pelo presidente do CME, pelo seu Presidente ou em decorrência de requerimento subscrito pela maioria dos que as compõem; e seus atos deverão ser oficiados ao pleno do CME, e se necessário referendados pelo pleno.



Art. 11. - As sessões extraordinárias poderão ser convocadas por escrito e comunicadas a cada Conselheiro, via rede social, com antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas, mencionando o assunto a ser tratado, bem como o local, dia e hora de sua realização.

Parágrafo Único – Em caso de urgência, pode ser dispensada a exigência por escrito de que trata o caput desse artigo.

Art. 12. - O quórum para instalação das sessões plenárias será o da maioria absoluta de seus membros, admitindo-se a maioria simples dos presentes para votação e deliberação de matérias não constantes dos § 1.º deste artigo.

§ 1.º - Exigir-se-á maioria absoluta de votos na aprovação das seguintes matérias:

- I – Plano Municipal de Educação;
- II – Plano de aplicação dos recursos destinados à educação;
- III – Reforma do Regimento;
- IV – Aprovação de resoluções e pareceres normativos;
- V – Pareceres de Credenciamento ou Recredenciamento de instituições de Educação Infantil e Ensino Fundamental;
- VI – Aplicação de sanções educacionais;
- VII – Revisão de deliberação do plenário.

§ 2.º - Excepcionalmente, por decisão de, pelo menos 04 (quatro) conselheiros poderá ser reexaminada proposição aprovada pelo plenário.

Art. 13. - É defeso de o Conselheiro atuar no processo:

- I – Quando dele for parte;
- II – Quando for cônjuge, parente, consanguíneo ou afim do postulante;
- III – Quando for membro de direção ou da administração da pessoa jurídica;
- IV – Quando for empregador ou empregado do postulante;

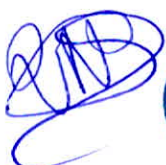
Parágrafo Único – Em caso de impedimento legal, não será computada a presença do Conselheiro impedido para efeito de quórum na votação.

Art. 14. - As Sessões Plenárias terão 04 (quatro) momentos:

- I – Expediente, com duração estritamente necessária para leitura da ata, da correspondência e lista de processos.
- II – Ordem do dia, destinada à leitura, discussão e votação dos processos.
- III – Formulação dos requerimentos e moções;
- IV – Relato de experiências, comunicação, acontecimentos e assuntos de interesse da educação.

Art. 15. - Na Ordem do dia, o Presidente concederá a palavra ao relator, se do Conselho Pleno, ou ao Presidente da Câmara;

§ 1.º – Após a leitura do parecer, por inteiro, pelo relator, terá início a discussão



orientada pelo Presidente do CME, facultando a palavra por 02(dois) minutos, prorrogáveis por mais 02 (dois) minutos, ao Conselheiro que a solicitar;

§ 2.º - Os apartes, a quem estiver com a palavra, serão concedidos apenas para esclarecimentos, desde que por ele permitido, pois serão descontados no tempo a seu dispor;

§ 3.º - Autorizada pelo Presidente do CME, qualquer pessoa não integrante do Plenário poderá prestar esclarecimentos e informações atinentes à matéria em discussão.

§ 4.º - Encerrada a discussão, o Presidente do CME, dará a palavra ao relator do parecer, para respostas e esclarecimentos finais, após o que colocará em votação a matéria, tomando o voto dos Conselheiros de uma só vez ou individualmente, se achar conveniente e a matéria for polêmica.

§ 5.º - Para encaminhamento da votação, o Presidente do CME poderá conceder a palavra a qualquer Conselheiro que a solicitar pelo espaço de apenas 02 (dois) minutos prorrogáveis, por apenas 01 (um) minuto para cada debatedor.

§ 6.º - Os pedidos de questão de ordem serão atendidos imediatamente e postos em execução, se acatados pelo presidente do CME.

§ 7.º - A requerimento do relator do processo, o Plenário poderá dispensar a leitura do parecer previamente distribuído, por cópia, aos Conselheiros.

Art. 16. – Durante a discussão ou votação, será concedido pedido de vista do processo ao Conselheiro que o solicitar, devendo este apresentar seu voto, em primeiro lugar, o mais tardar na primeira sessão extraordinária do período seguinte.

§ 1º. – Se o voto do Conselheiro que pediu vista for contrário ao do relator, deverá ser fundamentado por parecer escrito e, posto os dois em votação, prevalecerá o mais votado pelo Plenário, podendo o do vencido, se solicitado pelo seu relator, ser anexado ao parecer na qualidade de declaração de voto ou voto em separado.

§ 2.º - Vencido o relator será designado pelo Presidente, para redigir outro parecer, um Conselheiro dentre os de votos vencedores.

Art.17. - Os pareceres apresentados e aprovados deverão conter:

- I – Ementa;
- II – Relatório ou exposição da matéria;
- III – Fundamentação;
- IV – Voto do relator;
- V – Conclusão.

Parágrafo Único – Os pareceres aprovados serão assinados pelo respectivo relator, pelo Presidente da Câmara ou Comissão e pelo Presidente do CME.



Art.18. – As sessões de Câmara ou comissões obedecerão, no que lhes competir aos dispositivos referentes às sessões plenárias.

Art. 19 – O Conselheiro que não puder comparecer à sessão fixada no calendário anual ou a reunião extraordinária deverá comunicar o fato com antecedência, de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas ao Presidente do CME.

Art. 20 – Ressalvados os casos justificados pelo Plenário ou pelas câmaras, perderá o mandato o Conselheiro que não comparecer às sessões plenárias e de câmaras, em número de 03 (três) consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas durante o ano.

Art. 21 – Será considerado extinto, antes do término, o mandato do Conselheiro nos seguintes casos:

- a) ausência injustificada, às sessões na forma e em número fixados no art. 20 deste regimento;
- b) procedimento incompatível com a função de Conselheiro;
- c) mudança de domicílio para fora do Estado;
- d) renúncia ou morte.

§ 1.º - O exame das hipóteses previstas nas alíneas a e b deste artigo será feito por comissão excepcional de 03 (três) membros do CME, designados pelo seu Presidente.

§ 2.º – A extinção do mandato do Conselheiro a que se refere as alíneas a, b, e c deste artigo será votada, em sessão secreta, com 2/3 (dois terços) do Plenário, assegurando amplo direito de defesa.

§ 3.º - A perda do mandato de Conselheiro será declarada pelo Plenário e tomada as providências necessárias à substituição na forma deste regimento (art. 3.º, § 3.º e § 4.º)

TÍTULO II

DAS PRERROGATIVAS DO PLENÁRIO E DAS CÂMARAS

CAPÍTULO I

DO PLENÁRIO

Art.22 – Sem prejuízo das atribuições que lhe forem conferidas em lei e observadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e normas estabelecidas pelo Colegiado, compete ao Conselho Pleno:

- I – baixar normas disciplinadoras do sistema municipal de ensino;
- II – interpretar a legislação do ensino.



CAPÍTULO II

DA CÂMARA UNIFICADA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 23 – São atribuições da Câmara Unificada de Educação Infantil e Ensino Fundamental:

I - examinar e solucionar problemas relacionados com a educação infantil, o ensino fundamental, a educação especial, a educação de jovens e adultos;

II – encaminhar, quando necessário relatório ao Conselho Municipal de Educação.

III – formular projetos de resolução para aprovação do Plenário na área de sua competência;

IV – avaliar e emitir parecer sobre os procedimentos dos processos de avaliação dos diferentes níveis e modalidades de ensino existentes no município;

V- deliberar sobre currículos escolares;

VI – analisar as questões e emitir pareceres sobre assuntos concernentes à aplicação da legislação sobre educação básica.

Art. 24 – A câmaras emitirá pareceres e decidirá privativas e autonomamente, sobre assuntos a elas pertinentes, cabendo, quando for o caso, recurso ao Plenário.

Parágrafo Único – A requerimento de qualquer Conselheiro, desde que aprovado pelo Conselho Pleno, poderá ser proposto temas para estudo e Deliberação que sejam do interesse geral de relevância para a educação.

TÍTULO III

DOS ATOS E PRONUNCIAMENTOS DO CME

Art. 25 – O CME e suas câmaras manifestam-se pelos seguintes instrumentos:

- a) INDICAÇÃO – ato propositivo subscrito por um ou mais Conselheiros, contendo estudo sobre qualquer matéria relativa ao sistema de ensino;
- b) PARECER – ato pelo qual o Conselho Pleno ou as câmaras pronunciam-se sobre matéria de sua competência e, em sendo normativo, deverá ser transformado em Resolução do plenário;



- c) RESOLUÇÃO – ato decorrente de parecer, indicação, ou demandado da gestão municipal da educação destinado a estabelecer normas sobre matéria da competência do Conselho Pleno a serem observadas pelo sistema do ensino.
- d) PORTARIA – ato administrativo privativo do presidente do CME, no qual faz orientações em caráter geral sobre aplicações de leis ou normas educacionais.
- e) AUTORIZAÇÃO AD REFERENDUM – ato em que o presidente resolve, autorizar ou orientar sobre tema em que venha ser consultado; devendo levar posteriormente o ato à apreciação do plenário.

CAPÍTULO I

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 26 – São competências e atribuições do CME:

I – fixar diretrizes para a organização do Sistema de Ensino Municipal, a partir da Legislação Federal e Estadual sobre a matéria;

II – exercer competências delegadas pelo Poder Público local, em matéria educacional;

III – propor normas para aplicação dos recursos públicos, em educação, no Município, tendo em vista legislação reguladora da matéria.

IV – propor medidas ao Poder Público no que tange ao aperfeiçoamento de execução de suas responsabilidades em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental no município;

V – propor critérios para o funcionamento dos serviços escolares de apoio ao educando;

VI – pronunciar-se no tocante à instalação e ao funcionamento de estabelecimentos de ensino de todos os níveis situado no município.

VII – estabelecer normas de divulgação de sua atuação;

VIII – colaborar com os Poderes Públicos Municipais na formulação da política e na elaboração do Plano Municipal de Educação;

IX – zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação;

X – assistir e orientar aos Poderes Públicos na condução dos assuntos educacionais do Município;



XI – acompanhar na execução dos convênios de ação Inter administrativa celebrados entre o Poder Público Municipal e as demais Esferas do Poder Público ou do setor privado;

XII – supervisionar a realização do censo escolar anual;

XIII – acompanhar o funcionamento e prestar assistência técnica quanto aos aspectos pedagógicos, aos Conselhos Escolares, incentivando a participação da comunidade escolar;

XIV – articular-se com os órgãos ou serviços governamentais de educação, nos âmbitos Estaduais e Federais, e com outros órgãos da Administração Pública e da esfera privada que atuem no município, a fim de obter sua contribuição dos serviços educacionais;

XV – articular-se com outros Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e outras organizações comunitárias visando a troca de experiências, ao aprimoramento da atuação do colegiado, bem como a possibilidade de encaminhamento de propostas educacionais de cunho regional;

XVI – articular-se com outros colegiados municipais da área social visando à proposição de políticas sociais integradas.

XVII- acompanhar os resultados das avaliações externas realizadas pelo SAEB e pelo SPAECE, assim como de outros sistemas, visando contribuir com a SEDUC para melhoria da aprendizagem;

XVIII- manter-se atualizado com a legislação de ensino – Lei de Diretrizes e Bases, Leis complementares, pareceres e resoluções do Conselho Nacional e do Conselho Estadual de Educação e de conselhos municipais de educação, além de realizar estudos sobre assuntos educacionais, prioritariamente no que se refere à educação infantil, ao ensino fundamental, à educação de jovens e adultos, à gestão, à educação especial, ao currículo, à avaliação de aprendizagem e institucional, ao financiamento da educação;

XIX- visitar as instituições escolares públicas, particulares e filantrópicas à título de credenciamento e acompanhamento das atividades e desempenho dos mesmos.


TÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CME

CAPÍTULO I

DO PRESIDENTE

Art. 27 – Compete ao Presidente do CME:



- I – fazer cumprir as decisões aprovadas pelo Plenário e Câmaras;
- II – presidir sessões plenárias, os trabalhos do CME e representá-lo oficialmente;
- III – convocar reuniões extraordinárias;
- IV – decidir sobre questões de ordem;
- V – designar Conselheiros para constituírem as câmaras ou comissões;
- VI – convocar suplentes para substituições de titulares;
- VII – supervisionar os serviços administrativos do CME;
- VIII – ordenar as discussões em Plenário, concedendo a palavra aos Conselheiros que a solicitarem e, para esclarecimentos, às pessoas estranhas ao Plenário;
- IX – tomar conhecimento prévio dos processos a serem encaminhados às câmaras;
- X – exercer, nas sessões plenárias, o direito de voto e usar o de qualidade, nos casos de empate;
- XI – promover o regular funcionamento do CME;
- XII – designar comissões, delegar competências e determinar providências de caráter administrativo;
- XIII – expedir instruções para os servidores do CME sobre o exercício de suas respectivas funções;
- XIV – requerer ao Prefeito Municipal, a remoção ou distribuição de servidores de outros órgãos da administração municipal para prestação de serviços ao CME;
- XV – designar presidente, secretário e membros de comissão de apoio institucional;
- XVI – exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

CAPÍTULO II

DOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS

Art. 28 – Compete ao Presidente de Câmaras:

- I - presidir e coordenar o trabalho da câmara;
- II – convocar e dirigir as reuniões;



- III – designar relator para os processos, adotando, se possível, o rodízio;
- IV – emitir despacho em processos que independam de parecer da câmara;
- V- promulgar pareceres aprovados na câmara em fase terminal, no âmbito de sua competência;
- VI – baixar os atos decorrentes das deliberações da câmara e outros necessários ao seu funcionamento;
- VII – expedir portarias para designar comissão no âmbito da câmara;
- VIII – articular-se com o Presidente do CME para condução geral dos trabalhos;
- IX – informar nas sessões do Conselho Pleno os pareceres aprovados na câmara em fase final.

CAPÍTULO III

DOS CONSELHEIROS

Art. 29 – Compete Ao Conselheiro de Educação:

- I – participar dos debates e votar as deliberações do CME;
- II – relatar por escrito os processos que lhe sejam distribuídos;
- III – baixar processos em diligência para complementação de documentação ou dados informativos;
- IV – propor questões de ordem;
- V – requerer vista de processo e adiamento de discussão e votação do parecer;
- VI – apresentar proposição atinente à matéria de competência do CME;
- VII – apresentar, para estudo de aprovação, anteprojeto de resolução, que vise à melhoria da educação e necessidade do sistema de ensino;
- VIII – auxiliar o Presidente do CME e da câmara quando solicitado;
- IX – integrar comissão, quando solicitado;
- X – cumprir o regimento;

Art. 30 – O suplente de Conselheiro será convocado pelo Presidente do CME, para substituir o titular em suas faltas ou impedimentos.

§ 1.º No exercício do mandato o suplente terá os mesmos direitos e obrigações do titular;

§ 2.º Quando o Presidente do CME achar necessário convocará também os suplentes para as sessões, tendo esses, direito a voz.

CAPÍTULO IV

DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 31 – Compete à Secretaria Executiva:

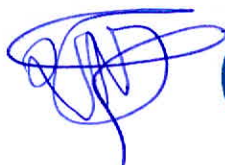
- I- coordenar, orientar e supervisionar as atividades do CME;
- II- secretariar as sessões do Plenário, lavrando as respectivas atas;
- III- prestar informações solicitadas pelo plenário;
- IV- publicar as decisões exaradas pelo plenário;
- V- assinar publicações do CME e/ou requerimentos que colaborem para o cumprimento das normas de monitoramento do sistema municipal de ensino;
- VI- encaminhar ao Presidente, antes da distribuição dos processos para as câmaras e comissões, a relação dos processos protocolados no CME;
- VII- praticar todos os atos compatíveis com sua função para o bom andamento dos serviços e atividades do CME;
- VII- desempenhar outras tarefas correlatas, bem como, as que lhe forem determinadas pelo Presidente do CME.
- IX- a Secretaria Executiva do CME de Salitre será coordenada por um Secretário Executivo, devidamente nomeado pelo chefe do poder executivo, em comum acordo com a diretoria do Colegiado.

TÍTULO V

DA EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

Art. 32 – Constitui-se órgão de Execução Programática:

- I – núcleo de atendimento ao usuário;



- II – divisão de documentação e arquivo educacional;
- III – unidade de comunicação administrativa.

CAPÍTULO I

DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Art. 33 – O Núcleo de Atendimento ao Usuário constituído por prestadores de serviços ao CME versados em educação objetivará o atendimento especializado ao público em geral, protocolando processos e providenciando sua tramitação com correção.

CAPÍTULO II

DA DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO EDUCACIONAL

Art. 34 – Compete à divisão de documentação e arquivo educacional:

- I – receber do núcleo de atendimento ao público, ou diretamente das unidades escolares comunicação administrativa, os processos protocolados, entre outros e encaminhá-los ao Secretário Executivo com as informações necessárias;
- II – manter atualizado o arquivo público virtual de legislação educacional e normas do sistema de ensino;
- III – registrar e arquivar as decisões do colegiado;
- IV – revisar, selecionar e arquivar documentos referentes às instituições;
- V- fornecer informações, para fins de pesquisas;
- VI – processar dados para fins estatísticos e elaboração de gráficos;
- VII – articular-se com outros órgãos, para fornecimento de informações necessárias à manutenção do sistema de legalização.

CAPÍTULO III

DA UNIDADE DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 35 – Compete á unidade de comunicação administrativa protocolar os processos, encaminhá-los à divisão de documentação e arquivo educacional e ao secretário executivo, acompanhar a tramitação dos mesmos e, quando solicitados, prestar informações aos usuários.



TÍTULO V

DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EDUCACIONAIS

Art. 36 – A apuração de irregularidades educacionais será realizada mediante auditoria e sindicância.

CAPÍTULO I

DA AUDITORIA

Art. 37 – A auditoria tem por objetivo verificar denúncias de irregularidades em instituições de ensino visando sua apuração e correção, se for o caso.

CAPÍTULO II

DA SINDICÂNCIA

Art. 38 – A sindicância é o procedimento pelo qual o CME reunirá os elementos informativos para detectar irregularidades Educacionais que impliquem em aplicação de sanções se for o caso.

§ 1.º - A sindicância poderá ser determinada pelo plenário, atendendo solicitação de qualquer Conselheiro, ou pelo Presidente a quem compete designar os membros da comissão a ser constituída.

§ 2.º A comissão presidida por um Conselheiro é assessorada por técnicos pertencentes ou não aos quadros funcionais do Conselho, devendo os procedimentos adotados serem registrados, a termo, por secretário designado por seu Presidente dentre os servidores do CME.

§ 3.º - A sindicância será realizada no prazo máximo de 15(quinze) dias, prorrogável por igual período, a pedido da comissão e sempre a critério do Presidente do CME.

§ 4.º - Será assegurado à instituição sub judice, amplo direito de defesa.

§ 5.º - Ultimada a sindicância e identificada a irregularidade, o Presidente do CME encaminhará os autos ao Plenário, para adoção das providências cabíveis.

Art. 39 – Em caso de violação das leis de ensino o Presidente do CME representará às autoridades competentes, fazendo a narração circunstanciada dos fatos e juntando os elementos de prova considerados essenciais à apuração das respectivas responsabilidades.

TÍTULO VI
DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO
CAPÍTULO I
DAS FINALIDADES

Art. 40 – O sistema municipal de ensino tem por finalidade imprimir sentido de unidade, integração e racionalidade ao processo educativo, à formação integral do educando, tanto pela autorrealização e qualificação para o trabalho, como pelos princípios de cidadania, de liberdade e de solidariedade humana.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41 – O CME poderá convocar qualquer servidor do quadro de pessoal administrativo, técnico ou do magistério do sistema municipal, para prestar, esclarecimentos ou informações, constituindo-se obrigação funcional, o atendimento a essa convocação.

Art. 42 – As comissões temporárias serão constituídas por deliberação do Presidente do CME, ouvido o Plenário, para desempenho de tarefas específicas.

§ 1.º Cada comissão temporária será Constituída de 03 (três) ou 05 (cinco) membros, no caso de 05 (cinco) membros poderá ser integrada por 02 (dois) técnico de reconhecido saber e experiência na matéria.

§ 2.º - O pronunciamento da comissão terá caráter de parecer a ser submetida a deliberação do Plenário.

Art. 43 – Estando o (a) Secretário (a) de Educação presente à reunião do Plenário, Câmara ou Comissão, terão prioridades os assuntos a serem por ele (a) expostos.

Art. 44 – Anualmente, poderá o presidente do CME baixar resolução de recesso nas sessões ordinárias, plenárias e das câmaras.

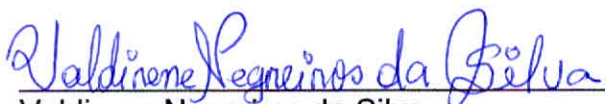
Parágrafo Único – Durante o recesso, o Plenário ou as Câmaras, poderão ser convocados extraordinariamente, pelo Presidente do CME ou por 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos seus membros.




Art. 45 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do CME, ouvido o plenário;

Art. 46 – O presente regimento, aprovado em plenário e definido em decreto, entrará em vigor na data de sua aprovação, revogada as disposições em contrário.

Salitre – CE aprovado pelo plenário do CME aos 04 de setembro de 2025.


Valdirene Negreiros da Silva
Presidente do CME




Pe. João Antonio da Silva
Secretário Executivo do CME

